



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

Monitoramento das negociações climáticas internacionais:  
breve relatório da COP26

**Caio Samuel Milagres**  
**Julia Aroni**  
**Julia Nascimento**  
**Sérgio Mecena Neto**

**CADERNOS DO OIMC**  
**nº 04/2022**

ISSN: 2764-1120





Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas

## SUMÁRIO

A COP26

Página 01

Resultados

Página 08

O Brasil oficial e a sociedade civil

Página 11

O governo brasileiro nas negociações

Página 15

Notas

Página 18

Referências

Página 19

Os autores

Página 23



## 1. A COP26

- A conferência

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021, mais conhecida como COP26, aconteceu logo após a Cúpula do G20. Organizada entre 31 de outubro e 13 de novembro de 2021 (um dia além da data original) em Glasgow, na Escócia, a COP26 contou com o maior número de participantes registrados, com 23.351 participantes de 195 países e 2.814 organizações, sendo o Brasil o país com a maior delegação, com 479 membros de acordo com a lista de participantes registrados divulgada pela ONU,<sup>1</sup> apesar das dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, como a obtenção de vistos e restrições de viagens internacionais. O Reino Unido, sede da conferência, foi a décima maior delegação, com 231 participantes registrados. As expectativas em torno da conferência eram altas, com o primeiro-ministro britânico afirmando que essa seria a última oportunidade de manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C.<sup>2</sup> Para atingir esse fim, três questões eram centrais: a definição e regulação de um mercado de carbono, conforme já previsto no Acordo de Paris, implementar o caderno de regras do tratado e levantar investimentos para financiar a transição para uma economia limpa e para auxiliar países em desenvolvimento a lidarem com as mudanças climáticas.

- Os participantes

A COP26 teve recorde de participantes, entre líderes de Estado, políticos e figuras da iniciativa privada e da sociedade civil. Entre os líderes de Estados membros do G7, todos estiveram presentes, porém entre os membros do G20, figuras importantes estavam ausentes, como os presidentes do Brasil, da China, do México, da Rússia, da África do Sul e o rei da Arábia Saudita, que enviaram ministros de seus governos

para liderar as suas respectivas delegações. No total, 194 países e a Santa Sé (como Estado observador) enviaram delegações, que variaram de tamanho: desde dois membros, da Eritreia, até 479 membros, do Brasil. Apesar desses números, alguns grupos mais vulneráveis e com menos poder político e econômico se viram sub-representados. Dos 39 membros da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS, da sigla em inglês), grupo de países profundamente afetados pelo aumento do nível dos mares, 17 não foram representados pelo seu respectivo chefe de Estado, ou seja, 44% dos membros do grupo. Muitos desses países apontaram a pandemia de Covid-19, que causou limitações nas viagens internacionais, como motivo para justificar a sua ausência ou a sub-representação. Anote Tong, ex-presidente de Kiribati, país-arquipélago no Oceano Pacífico, que não enviou delegação para a conferência, apontou a urgência do tema para o país em uma entrevista: “Nossa própria existência está ameaçada”.<sup>3</sup> Ademais, o ministro de Relações Exteriores de Tuvalu gravou um vídeo com a água do mar no nível de seus joelhos para denunciar a gravidade da situação nos pequenos países insulares.

Entre a iniciativa privada, diversas multinacionais e empresas petrolíferas estão na lista oficial. Entre as Big Oil, a British Petroleum (BP) enviou quatro representantes, a Chevron três, a Shell cinco e a Total Energies três. A brasileira Petrobras também foi representada, com três membros dentro da delegação brasileira. A ONG Global Witness em uma análise identificou que se os membros enviados por empresas petrolíferas fossem uma delegação, seria a maior da COP26, com mais de quinhentos membros.<sup>4</sup> A presença desses lobistas em eventos de negociação relacionados às mudanças climáticas é fortemente criticada por grupos ambientalistas, que apontam o conflito de interesse, com os lobistas travando as negociações e impedindo acordos mais ambiciosos. Já a sociedade civil esteve presente fora da COP, em protestos tanto em Glasgow como em outras grandes cidades pelo mundo. A passeata que ocorreu no dia 5

contou com aproximadamente cem mil participantes, com Greta Thunberg, ativista sueca, entre eles, e foi uma das maiores que a cidade já viu. Dentro da COP, por outro lado, a sociedade civil enfrentou empecilhos. A presença dos membros de ONGs ambientais participando das negociações foi limitada sob a justificativa de protocolos sanitários.

- Os temas principais

A COP26 foi marcada por alguns temas que se destacaram nos debates e nas negociações. Um dos principais era a respeito da regulamentação do mercado de carbono, com grande expectativa ao redor das negociações ligadas ao artigo 6º do Acordo de Paris e do desmatamento, visto que acordos anteriores visando a zerar o desmatamento falharam, com este crescendo na última década, ao invés de diminuir. O financiamento para países pobres se adaptarem e aumentarem sua resiliência contra as mudanças climáticas também foi um tópico em alta durante as negociações, além do debate a respeito de combustíveis fósseis. Por fim, temas ligados à agricultura e à pecuária também estiveram presentes, inclusive a questão da emissão de metano pelo gado, além dos direitos humanos, tema caro a alguns países.

— Mercado de carbono

O artigo 6º do Acordo de Paris, que trata da criação de um mercado de carbono internacional, era a principal parte do acordo que ainda faltava ser negociada. No artigo, foram delimitadas três formas de se estabelecer esse mercado, nos subtópicos 6.2, 6.4 e 6.8. O subtópico 6.2 trata de abordagens cooperativas, com característica bilateral, dessa forma as reduções de emissão de um país podem ser vendidas para outro país e contar para as suas metas estabelecidas no NDC. Além de trocas bilaterais entre países, nesse subtópico estão incluídas as trocas dentro do país, de acordo com o mercado nacional estabelecido pelo governo. Já o subtópico 6.4 fala da criação de um órgão vinculado à COP que supervisionará as transações, com o

estabelecimento de regras e normas a fim de levar a uma mitigação efetiva das emissões totais globais. Por fim, o subtópico 6.8 reconhece a possibilidade de criar abordagens não-mercadoológicas para reduzir as emissões, como por meio da transferência de tecnologia e de auxílios financeiros entre os países.

As principais preocupações ao redor desse tópico eram a contagem duplicada das reduções e a qualidade dos créditos de carbono que seriam considerados. A contagem dupla se refere à situação em que os créditos de carbono – *Internationally Transferred Mitigation Outcomes* (ITMO, na sigla em inglês) – são contados duas vezes, uma para o país que os vendeu e outra para o país que os comprou, o que acabaria por mascarar as reduções verdadeiras. Nas negociações, Brasil, Estados Unidos e Japão chegaram a redigir propostas que abririam a possibilidade de contagem duplicada, mas enfrentaram resistência dos países europeus. Pelo acordo final, o país que reduziu suas emissões deve decidir se a redução contará para a sua meta ou se a venderá, e comunicar a um órgão de supervisão da ONU a sua escolha. Além disso, a qualidade dos créditos de carbono foi outra preocupação. A partir do Protocolo de Quioto, foi estabelecido o *Clean Development Mechanism*, que incentivou uma série de projetos nos países em desenvolvimento que renderiam créditos de carbono, chamados de Redução Certificada de Emissões (CER, na sigla em inglês). Por causa disso, países em desenvolvimento acumularam grandes quantidades de créditos, porém especialistas afirmam que esses créditos são de baixa qualidade, pois os projetos que os originaram não tiveram o impacto ambiental necessário, e gerariam uma oferta muito elevada de créditos no mercado, diminuindo consideravelmente o seu valor e desincentivando os países a de fato tomarem ações para reduzir as emissões, mas sim só comprar os créditos uns dos outros. Novamente, o Brasil, junto com Índia e China, que também possuem grande quantidade de CERs, foi um dos países a defender a validade dos créditos sob o Protocolo de Quioto, enquanto a União Europeia

criticou essa alternativa, e isso por diferentes motivos: a UE já dispõe de um mercado regional de carbono, busca normas mais restritivas à circulação de carbono e tem adotado uma postura mais forte em prol de políticas de mitigação das mudanças climáticas. O acordo final permite a conversão de CERs em ITMOs, contanto que tenham sido registrados após janeiro de 2013, mas o impacto disso no mercado de carbono internacional ainda deve ser elevado: Carbon Market Watch estima em 300 milhões de toneladas equivalentes de CO<sub>2</sub>, enquanto o Environmental Defense Fund estima em 120 milhões.<sup>5</sup> Isso levou críticos como Gilles Dufrasne, do Carbon Market Watch, a apelidarem esses créditos de “zombie credits”:

“Sadly, the zombie credits have been given renewed life and could continue to be used for the next decade, cleansing climate targets on paper but spoiling the atmosphere in reality.”<sup>6</sup>

Uma terceira preocupação ao redor desse tema era garantir que o mercado de carbono não simplesmente levasse à transferência de emissões de um local para o outro. Um sistema em que os créditos fossem transferidos 1:1 entre os atores não geraria uma redução global das emissões, pois seria na prática um jogo de soma zero. Por isso, especialistas defendem que, nas transações, parte dos créditos sejam inutilizados. As negociações, portanto, foram ao redor do percentual que seria inutilizado e maneiras para transformar esse mercado em meio de financiamento para países em desenvolvimento. Pelo acordo final, 2% dos créditos devem ser cancelados em transações realizadas pelo mecanismo 6.4, além de uma taxa de 5% que deve ser destinada ao Fundo de Adaptação.<sup>7</sup> Entretanto, transações realizadas bilateralmente, pelo mecanismo 6.2, não estão sujeitas a essas regras.

#### — Desmatamento

O desmatamento foi central nas negociações

da COP26, visto que acordos anteriores falharam em diminuir o desmatamento global, pelo contrário, a tendência atual é de crescimento. Já no terceiro dia da COP foi anunciada a Declaração sobre Florestas e Uso da Terra, assinada por 141 países, cujos territórios compreendem 90% das florestas do mundo,<sup>8</sup> que se comprometeram a parar e reverter o desmatamento até 2030. O tema é recorrente em convenções sobre o clima desde a Eco-92, mas o último acordo relacionado, a Declaração de Nova Iorque sobre Florestas (NYDF), de 2014, com ambições similares, amargou um número de assinaturas muito inferior, sem prever apoio financeiro concreto para atingir os objetivos declarados. O relatório oficial, divulgado em 2020, apontou que ao invés de diminuir pela metade o desflorestamento até tal ano, como era a meta, o desmatamento subiu no período.<sup>9</sup>

O tema é especialmente sensível para países em desenvolvimento, que muitas vezes veem negociações para reverter o desmatamento como um empecilho para o seu desenvolvimento. O argumento é que, para seu desenvolvimento, os países ricos desmataram e poluíram o planeta, portanto esses países deveriam ser responsáveis pela maior parte do ônus, com metas mais duras e prazos mais curtos. Nesse sentido, Siti Nurbaya Bakar, ministra do Meio Ambiente da Indonésia, que é um dos países signatários da declaração, o criticou, afirmando que “forçar [o país] a zerar o desmatamento até 2030 é inapropriado e injusto”, apontando que o desenvolvimento deve vir em primeiro lugar.<sup>10</sup> O argumento da ministra ecoa críticas de que países desenvolvidos tiveram mais tempo para se desenvolver e que, portanto, os acordos devem levar esse fato em consideração, a fim de dividir o peso das medidas ambientais proporcionalmente, sem prejudicar países periféricos.

A declaração assinada em Glasgow prevê seis objetivos a serem alcançados. Os quatro primeiros dizem respeito à conservação das florestas, por meio da promoção da agricultura sustentável, fortalecimento de comunidades locais e implementação de políticas



de comércio internacional sustentáveis, enquanto os dois últimos estão relacionados a compromissos de investimentos, tanto públicos como privados, para promover essas medidas. Especialistas apreciaram o maior apoio que essa declaração recebeu, em comparação a declarações similares anteriores, mas destacaram que medidas concretas, com transparência e vigilância, são necessárias para tirar as metas do papel. “A participação de grandes emissores de gases de efeito estufa é um bom sinal de produtividade”, declarou Justin Baker, da North Carolina State University, “[e] agora que a iniciativa privada está envolvida, há mais dinheiro [para realizar os objetivos]”.<sup>11</sup>

#### — Financiamentos

Essa questão está intimamente ligada às demandas dos países em desenvolvimento por mais financiamentos a fim tanto de possibilitar o desenvolvimento sustentável como de criar resiliência contra desastres climáticos, que se tornam cada vez mais frequentes por causa do aquecimento global. Esses financiamentos já estavam previstos no Acordo de Paris, mas eles nunca chegaram ao volume prometido pelos países ricos, portanto, durante a COP26, era prioridade para os países mais pobres garantir essa cooperação. Uma questão central nesse debate é a diferenciação entre mitigação e adaptação: mitigação se refere a medidas para diminuir emissões, por exemplo, mediante implantação de tecnologias limpas; já adaptação se refere à adaptação de sistemas para aumentar a resiliência contra os impactos climáticos. Uma demanda dos países em desenvolvimento é maior apoio para as medidas de adaptação, que costumam ficar em segundo plano pelos investidores, por não apresentarem retornos financeiros tão elevados como investimentos em tecnologia limpa apresentam.

#### — Combustíveis fósseis

O tema dos combustíveis fósseis foi um dos mais polêmicos da COP26. O *lobby* de grandes empresas do ramo e de países exportadores historicamente travou

grandes avanços no tema, a despeito de os especialistas apontarem que esse é um dos principais inimigos no aquecimento global, e na COP26 não foi diferente. Conforme já indicado no tópico anterior, se fosse uma delegação, as indústrias de combustíveis fósseis seriam a maior presente, o que apresenta um desafio para a adoção de medidas ambiciosas, como o *phase-out* desses combustíveis.

Nas negociações desse tema, países com grandes volumes de exportação desses produtos, como Arábia Saudita, Rússia e Austrália, adotaram posicionamentos conservadores, inclusive com a denúncia por ativistas de que negociadores desses países buscaram modificar trechos de relatórios da ONU a fim de diminuir a gravidade do tema, de acordo com documentos revelados pela BBC.<sup>12</sup> Mesmo entre países cujas economias não dependem da exportação desses bens, um *phase-out* completo dos combustíveis fósseis é visto com incerteza por causa da dependência da queima de combustíveis para garantir segurança energética, de modo que o acordo final usa o termo *phase-down* em relação ao carvão. A Índia, que propôs a mudança do termo, recebeu apoio da China, ambos países com matrizes energéticas fortemente dependentes do carvão, com o ministro do Meio Ambiente indiano afirmando que “países em desenvolvimento têm direito ao uso responsável de combustíveis fósseis”.<sup>13</sup>

Em relação aos diferentes tipos de combustíveis fósseis, o debate sobre o carvão prevaleceu. Discussões a respeito da exploração de petróleo estiveram presentes, com destaque para a formação de uma aliança liderada pela Dinamarca e pela Costa Rica, Beyond Oil and Gas Alliance (BOGA), visando ao fim da extração de petróleo e gás, porém o carvão recebeu mais destaque, culminando na mudança do acordo final mencionada no parágrafo anterior. Especialistas viram isso como consequência da atuação dos grandes países exportadores de petróleo, que atuaram para evitar que o foco ficasse sobre eles. Brandon Wu, da ActionAid, denunciou a abordagem desigual entre os combustíveis fósseis no acordo final, com o carvão em

destaque e petróleo e gás deixados em segundo plano. Ele ainda apontou que países como os Estados Unidos diminuíram o uso de carvão, mas aumentaram o de gás, disponível abundantemente em território nacional.<sup>14</sup> Dessa forma, o foco desproporcional em carvão afeta países que não possuem reservas de petróleo e gás, evidenciando a necessidade de diminuir e extinguir o uso de todos os combustíveis fósseis igualmente.

#### — Agricultura e pecuária

A agricultura e a pecuária estão intimamente ligadas à segurança alimentar dos povos ao redor do mundo, mas também causam desmatamento e são responsáveis por um quarto das emissões de gases de efeito estufa. Dessa forma, há grande demanda por investimentos em “agricultura sustentável” e mais produtiva, capaz de dar colheitas maiores ocupando áreas menores da terra, sem envenenar o solo com agrotóxicos e utilizando água de reúso. Nessa linha, investimentos foram anunciados para desenvolver e implementar novas técnicas, inclusive para tornar as plantações mais resistentes às mudanças climáticas. Entretanto, ativistas apontam que essas medidas sozinhas não terão o impacto necessário para segurar o aquecimento global, afirmando que, além de tornar as cadeias produtivas mais sustentáveis, é preciso diminuir a demanda por produtos que tenham grande impacto, como leite, carne e soja. O gás metano emitido pelos bovinos, por exemplo, é responsável por quase um terço do aquecimento global, de acordo com o Global Methane Initiative, de modo que diminuir a demanda de carne e leite é crucial. Nas negociações, países como Austrália, Rússia e Índia, com agroindústrias fortes, representam as principais resistências, não tendo assinado o acordo para limitar as emissões de metano, por exemplo.

#### – Direitos humanos

Os direitos humanos estão intrinsecamente ligados à preservação ambiental e à natureza. Ativistas e defensores dos direitos humanos apontam que o tema

é fundamental na questão ambiental, pois as mudanças climáticas afetam as populações e podem privá-las de seus direitos básicos, como água e alimento, por causa das secas e do aquecimento global, afetando até mesmo, em casos extremos, o direito à vida, de acordo com o artigo 3º da Declaração de Direitos Humanos. Esse argumento securitiza o meio ambiente, pois uma ameaça a ele significa também uma ameaça à vida humana, às formas não-humanas de vida e à segurança da biosfera. Além disso, a educação e a informação, como direitos humanos básicos, são fundamentais para o combate das mudanças climáticas e adoção de medidas sustentáveis a partir do nível individual. Dentro desse debate, há também a proteção aos povos indígenas e suas culturas, cuja centralidade no tema ambiental é evidenciada pelas suas atuações em prol da defesa ambiental, evidenciado no discurso de Txai Suruí, indígena do povo Paiter Suruí, na COP26:

“Povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, [consequentemente] devemos estar no centro das discussões acontecendo aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo.”<sup>15</sup>

Apesar disso, a menção direta a direitos humanos enfrentou, na COP, como em outras conferências, oposição de alguns países. Países que historicamente votam contra direitos humanos na Assembleia Geral da ONU atuaram na Conferência do Clima para evitar a menção direta aos direitos humanos nos acordos e nas declarações. Destaca-se, entre estes, a Arábia Saudita, que recebeu o prêmio *Fossil of the Day* da Climate Network por ter conseguido manter o termo “direitos humanos” fora do programa de trabalho da Action on Climate Empowerment (ACE). Isso se repetiu em outras negociações, com o tema sendo mencionado timidamente em diversos documentos da COP.

Consequentemente, o conceito de justiça climática esteve mais presente nos discursos da sociedade civil

do que nas negociações oficiais. O sentimento que prevaleceu entre especialistas e manifestantes foi o de “injustiça climática”, por causa da insatisfação em relação às medidas de apoio e assistência aos países mais afetados pelas mudanças climáticas e da falta de comprometimento dos países ricos em desenhar acordos que mantenham o aquecimento global em até 1,5° C, sendo um exemplo a mudança no acordo sobre carvão. A respeito, Alok Sharma, presidente da COP26, chegou a se desculpar às delegações dos países mais vulneráveis: “Eu me desculpo pela forma como esse processo se desenrolou, lamento profundamente, entendendo a frustração”.<sup>16</sup>

- Linha do tempo:

### TRAJETÓRIA COP26

Eventos ocorridos durante a 26ª Conferência das Partes, em 2021





## EVENTOS COP26

Principais eventos da 26ª Conferência das Partes, por tema, em 2021

Financiamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ)</i>, aliança formada por instituições financeiras de todo o mundo, divulga um relatório com suas ambições: 100 trilhões de dólares nas próximas três décadas para atingir a neutralidade de carbono.</li> <li>- <i>Adaptation Fund</i>, fundo para ajudar países subdesenvolvidos a se adaptarem às mudanças climáticas, levantou somente 360 milhões de dólares, muito abaixo dos 70 bilhões que a ONU estima serem necessários para realizar as adaptações necessárias.</li> </ul>
Cidades e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dentro do programa <i>Cities Race to Zero</i>, mais de mil cidades comprometem-se a virar carbono neutras até 2050, incluindo 45 cidades brasileiras. Essas cidades deverão publicar relatórios anuais sobre as medidas que estão sendo tomadas para alcançar esse objetivo.</li> </ul>
Juventude e empoderamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grandes manifestações ocorrem em Glasgow, contando com a presença da ativista Greta Thunberg, clamando por mais ação dos líderes e tomadores de decisão mundiais. Com a participação de aproximadamente cem mil manifestantes, foi a maior da história de Glasgow.</li> <li>- Grupos da sociedade civil denunciaram que estavam tendo pouco acesso às negociações, o que levou a COP26 a ser vista como excludente. Essas críticas aprofundaram-se quando delegados do grupo <i>Young4Climate</i> foram barrados das sessões sob a justificativa de protocolo de saúde por causa da Covid-19.</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Declaração sobre energia limpa, apoiada por mais de quarenta países, além de empresas e de representações subnacionais, anuncia o abandono do carvão em prol de energias limpas, apontando ações a serem tomadas, mas sem mencionar prazos. Entre os países que não assinaram, estão os EUA (embora governadores do Hawaii e Oregon tenham assinado), China e Brasil.</li> <li>- Vinte países, incluindo os EUA, comprometeram-se a parar de financiar combustíveis fósseis no exterior até o final de 2022. China, Japão e Coreia do Sul ficaram de fora.</li> <li>- Criação da <i>Beyond Oil and Gas Alliance</i>, com sete países, sob liderança de Dinamarca e Costa Rica. A aliança pretende pôr fim à exploração de petróleo e gás.</li> </ul>
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Zero Emission Vehicle Transition Council</i> encontrou-se pela primeira vez e divulgou uma lista de compromissos, que incluem aprimorar a infraestrutura de carregadores e a regulação sobre eficiência energética dos veículos.</li> <li>- Mais de cem atores, entre Estados, empresas e cidades, assinaram a declaração sobre ZEVs (<i>zero emission vehicles</i>), comprometendo-se a acabar, entre 2035 e 2040, com a venda de veículos leves poluentes.</li> <li>- Por meio da Declaração <i>Clydebank</i>, 22 países, incluindo Reino Unido, Holanda, EUA e Japão, comprometeram-se a apoiar "<i>green shipping corridors</i>", criando trajetos de transporte marítimo com emissão zero. Atualmente, o transporte marítimo corresponde a 3% das emissões anuais de gases de efeito estufa.</li> </ul>
Uso da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compromisso sobre o metano anunciado pelos Estados Unidos e pela União Europeia tem como fim reduzir as emissões desse poluente em 30% até 2030.</li> <li>- <i>Forest Agriculture Commodity Trade (FACT) Dialogue</i>, grupo de países criado no âmbito da COP, com participação do Brasil, elaborou plano de ação para tornar a agricultura sustentável. Destaca-se a necessidade dos incentivos do mercado e da participação dos pequenos agricultores, além da rastreabilidade das cadeias produtivas.</li> <li>- A agenda para a transição a uma agricultura sustentável, elaborada pela presidência da COP, aponta caminhos e objetivos para esse fim. Dividida em quatro partes, a agenda define o que é agricultura sustentável, ações a serem tomadas, políticas a serem adotadas e canais de comunicação a serem criados entre as nações.</li> </ul>
Adaptação, Perda e Dano	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obama, em discurso, destaca que todos os países devem se comprometer com o desafio climático, e cita a importância da liderança do Brasil no tema, pela posição estratégica.</li> <li>- Programa lançado pelo <i>Race to Resilience</i> tem como objetivo ajudar atores não estatais a verificar o impacto de suas ações na resiliência climática. Com esse programa, parceiros esperam aumentar a resiliência de mais de 2 bilhões de pessoas até 2030.</li> </ul>
Gênero, Ciência e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversos compromissos foram anunciados pelos países para diminuir a desigualdade de gênero e atenuar e visibilizar os impactos das mudanças climáticas nas vidas das mulheres, por exemplo incluindo questões de gênero nas NDCs.</li> <li>- Em parceria com a OMS, o Programa de Saúde da COP26 recebe apoio de quase cinquenta países para promover iniciativas, a fim de criar sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas e mais sustentáveis.</li> </ul>
Metas não atingidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise feita pela UNFCCC das NDCs atualizadas prevê um aumento de 13% das emissões de gases de efeito estufa na década, contra 16% antes do início da COP.</li> <li>- Relatório elaborado pelo <i>Climate Action Tracker</i> revela que, com as medidas anunciadas na COP, o aumento da temperatura global deve ficar em 2,4° C, ainda muito longe dos 1,5° C do acordo de Paris. A estimativa, antes da COP, era de 2,7° C.</li> </ul>
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A Declaração sobre Florestas e Uso da Terra, com a meta de zerar e reverter o desmatamento até 2030, recebe o apoio de 141 países. É o principal documento sobre o tema elaborado na COP26.</li> <li>- No dia temático sobre a natureza e o uso da terra, mais de vinte países anunciaram medidas para proteger florestas e reservas ambientais, enquanto buscam o uso sustentável do solo para agricultura, inclusive o Brasil com o Plano ABC+.</li> <li>- Líderes das maiores economias, incluindo Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra, e fundos de financiamento comprometeram-se a doar 1,7 bilhão de dólares entre 2021 e 2025 para grupos indígenas e comunidades locais.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

## 2. Resultados

### I- Financiamento climático:

O financiamento climático, capaz de desenvolver e transferir tecnologias, é extremamente relevante nas discussões sobre as mudanças climáticas e seus impactos, sendo um meio facilitador na realização de atividades e na materialização de respostas frente às mudanças do clima, ajudando na prevenção de seus efeitos e no fornecimento de uma base de apoio mais bem estruturada para suas consequências. Dessa forma, os fluxos financeiros são necessários para melhor lidar com os efeitos climáticos, para auxiliar em sua redução e na prevenção de futuros impactos. O financiamento de longo prazo tem por objetivo otimizar a área de financiamento climático a fim de receber recursos de diversas fontes, tanto públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes alternativas. O Acordo de Paris exige que os fluxos financeiros partam dos países com maior poder para aqueles em situação de maior vulnerabilidade, pois são os últimos que mais sofrem com os danos das mudanças do clima e são impossibilitados de terem uma reação devido à sua falta de recursos, principalmente financeiro e tecnológico.

Durante a COP26, estabeleceu-se que as discussões sobre financiamento a longo prazo continuarão até 2027. O Comitê de Finanças ficou encarregado da preparação de um relatório para acompanhar o progresso na área, a fim de atingir a meta de 100 bilhões de dólares. Essa meta foi apresentada em 2009 e estendida até 2025, pretendendo ser alcançada em 2023, porém nada de concreto ocorreu até o presente momento.

A Glasgow Financial Alliance for Net Zero anunciou seu comprometimento por meio do alinhamento de 130 trilhões de dólares para as metas climáticas estabelecidas no Acordo de Paris, incluindo

a limitação do aquecimento global a 1,5°C. Formada no Dia das Finanças na COP26 (quarta-feira, 3), a aliança foi anunciada pelo ex-governador do Banco da Inglaterra, Mark Carney. Fazem parte de sua composição quase quinhentas empresas de serviços financeiros globais. A Glasgow Financial Alliance for Net Zero tem por objetivo colocar a mudança climática como foco de seu trabalho, mobilizando-se a fim de obter recursos para a formulação de uma economia global com emissões zero e para cumprir as metas do Acordo de Paris. Os projetos incluídos na Aliança requerem o estabelecimento, para todos os membros, de metas internas, de curto e de longo prazo, e de planos de ação para alcançar as emissões líquidas zero (Net Zero) até 2050. Algumas dessas metas são: ampliação da campanha Race to Zero, expansão do número de instituições financeiras e o apoio de políticas públicas que estão engajadas na transição de uma economia de emissões líquidas zero. No entanto, esse número alarmante, mais de 100 trilhões de dólares, é composto pelo balanço das instituições-membros, incluindo sua hipoteca, e não pode ser utilizado para o investimento na área sustentável.

A campanha Race to Zero da UNFCCC juntamente com a Glasgow Financial Alliance for Net Zero produziu na COP26 os Roteiros de Financiamento Líquido Zero (Net Zero Financing Roadmaps), apoiados pela ClimateWorks Foundation e pela Children's Investment Fund Foundation. Os roteiros possuem como finalidade a cooperação na redução dos impactos climáticos ao redor do mundo e a mobilização de investimentos que são necessários para atingir as emissões zero. Algumas das metas em financiamento são: geração de energia por tecnologia, veículos elétricos, aparelhos mais eficientes em energia, uso de biocombustíveis, como o biogás, biometano e etanol convencional, e a aplicação de uma dieta substituindo o consumo da carne e do leite e a restauração da natureza. O financiamento pode vir da área governamental, de ONGs, empresas, corporações,

seguradoras etc.

O projeto abrange setores tecnológicos, como o de eletricidade, transporte, edifícios, indústria, combustível de baixa emissão, agricultura, alimentos e outros usos da terra e traz um panorama sobre a importância dos investimentos para 2050. Além disso, apresenta uma estimativa do quanto é necessário arrecadar entre 2021 a 2050. Entre 2021-2025 é necessário investir anualmente 2,6 bilhões de dólares e, entre 2026-2050, 4,5 bilhões. Um total de 125 trilhões de dólares em financiamento são necessários para mudar a economia e os impactos globais. Segundo Net Zero Financing Roadmaps, todas as regiões do globo necessitam de ajuda por meio dos financiamentos, porém a que está no topo é a Ásia, com uma estimativa de 13,6 trilhões de dólares, seguida da Europa com 6,6 trilhões e da América do Norte com 5,9 trilhões.

A COP26 foi palco de um recorde de arrecadação financeira para o Fundo de Adaptação (Adaptation Fund), apresentando um total de 356 milhões de dólares. O valor arrecadado chegou a ser o triplo do montante do ano passado, alcançando pela primeira vez também o número mais alto de doadores, sendo 16 ao todo. As promessas para 2021 incluem doadores como a União Europeia com aproximadamente 116 milhões de dólares doados, Alemanha com 58,2 milhões, Estados Unidos com 50 milhões e Espanha com 34,9 milhões. A diretora geral do Escritório de Mudanças Climáticas da Espanha, Valvanera Ulargui, anunciou que a colaboração de seu país será voltada para o fortalecimento da integração de todos os fundos climáticos e para a melhoria do acesso à informação e aos recursos nos Estados em desenvolvimento.

Durante a COP26, os principais bancos internacionais anunciaram o comprometimento em interromper o financiamento público internacional de novas usinas de carvão até o final de 2021 e pelo menos 25 países e instituições públicas assinaram um pacto

visando o encerramento das finanças em combustíveis fósseis no setor de energia até final de 2022, a fim de promover uma transição para o uso de energia limpa. Os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e União Europeia anunciaram uma parceria que objetiva o financiamento de 8,5 bilhões de dólares na África do Sul para uma transição igualitária de energia. Além disso, uma parceria estratégica formada no dia 2 de novembro, durante a COP26, entre o Conselho de Transição de Energia e a Aliança Global de Energia para Pessoas e Planeta, anunciou o financiamento de 10 bilhões de dólares para a promoção de energia limpa e renovável em países em desenvolvimento e emergentes.

Outro assunto crítico na COP26 foi o financiamento para perdas e danos. O termo refere-se à necessidade de indenizar as nações mais vulneráveis e pobres que sofrem com as consequências dos impactos climáticos. Os países menos desenvolvidos são os que mais sofrem com a crise climática, todavia, foram os que menos contribuíram para essa mudança. Dessa forma, esses países acreditam que são dignos da ajuda dos Estados desenvolvidos para lidar melhor com as catástrofes climáticas e preveni-las, argumentando ser necessário que o tema “perdas e danos” seja incluído nos financiamentos a longo prazo. No entanto, essa meta ainda não foi incluída na COP26. Um agrupamento se formou, com 130 nações, chamando-se G77 + China, com a finalidade de estabelecer uma “instalação de perdas e danos” na COP26, ou seja, um órgão formal para o recebimento de financiamentos para a área. Apesar da existência de algumas propostas iniciais de financiamento para o “Centro de Perdas e Danos de Glasgow”, os resultados positivos foram nulos, pois países desenvolvidos, como os EUA, Austrália e União Europeia, se opuseram ao desenvolvimento do projeto. De acordo com o documento “Loss and Damage at COP26” (2021), essas nações viram o projeto como um pontapé para grandes pedidos de indenização, sendo esta uma questão central para os debates sobre

justiça climática.

## II- Mercado de carbono e Acordo de Paris:

Os países apresentam capacidades diferenciadas para estabelecer limites máximos a suas emissões de gases de efeito estufa. Também existe uma dimensão política doméstica das negociações necessárias entre os diferentes agentes relevantes e atuantes na economia política nacional. Do ponto de vista do mercado de carbono, caso emitam menos que sua meta definida, eles podem comercializar esse valor não utilizado, criando um mercado de emissões. As nações ou empresas que ultrapassarem seu limite têm o direito de comprar unidades inutilizadas, compensando seu déficit. Esse comércio está crescendo em todo o mundo, sendo o Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS) um dos mais conhecidos.

Após inúmeras negociações mal sucedidas desde 2015, o Acordo de Paris foi finalmente completado no dia 13 de novembro, finalizando o Artigo 6 do tratado, que define as regras para o mercado global de carbono, acordado pelos 197 países presentes no evento da COP26. O tópico possui sua base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto em 1997 e decreta que Estados e setores privados poderão gerar e negociar seus créditos de carbono, criando uma base estrutural para o novo mercado. O documento estabelece a negociação de créditos entre os países com base em suas emissões de CO<sub>2</sub>, tópico responsável pela regulamentação do mercado de carbono entre as nações.

A finalização do Artigo 6 também implica na organização governamental para a contabilização e verificação dos créditos de carbono, antes feitos pelo setor privado por meio de um *ad hoc* base. Sob esse novo cenário, os países veem-se obrigados a relatar até 2024 suas emissões. Outro tópico concluído foi o Quadro

de Transparência Aprimorada, que fornece tabelas e dados para a contabilização das metas e emissões. Além disso, definiu-se que um país possuidor de crédito de compensação de carbono deve remover o valor da sua redução total de emissões se comercializado esse crédito, a fim de evitar a contagem dupla. Também foi acordado que as companhias aéreas deverão utilizar os créditos autorizados.

Foi levantado o objetivo de redução gradual de combustíveis fósseis e a reafirmação da meta global para limitar a temperatura média a 1,5° C. A princípio, o documento visava a aceleração da eliminação do carvão, todavia, Índia, China e Irã estavam relutando em concordar com o termo e fizeram pressão para mudar a palavra “eliminar” para “reduzir”. Ademais, China, Arábia Saudita, Rússia e Austrália queriam a retirada desse item, no entanto acabaram cedendo. A Alemanha teve de conceder uma parcialidade de créditos antigos para países em desenvolvimento para que estes possam continuar utilizando um certo valor de crédito nas emissões de gases, créditos esses gerados sob os termos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Foi concordado que 2% dos créditos de redução de emissões terão seu cancelamento em vista da diminuição de gases de efeito estufa. Outrossim, 5% dos rendimentos das negociações de compensação serão dirigidos para o Fundo de Adaptação, que visa o apoio ao combate das consequências do efeito estufa em países menos ricos. A Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) exigiu 5% de todas as transações internacionais durante as negociações, entretanto, os países ricos estão relutantes com a proposta, argumentando que a taxa irá atrapalhar o comércio. Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), que estão em risco de aumento do nível do mar devido às mudanças climáticas, querem ser assegurados de que uma parcela desse novo comércio será direcionada para eles com a finalidade de ajudá-los a lidar com as catástrofes ambientais.



Os participantes olham esse novo mercado como um possível meio para maximizar a ambição climática; todavia, os críticos o enxergam como um possível resultado de “lavagem verde” (*greenwashing*), em que a transferência de CO<sub>2</sub> para diferentes lados da atmosfera não ajudará em nada nos esforços de redução das emissões. Ademais, existem nações, como a Bolívia, que argumentam serem contra o mercado de carbono, pois este prejudicará o planeta Terra e criará milionários no ramo do clima.

As nações não se posicionaram no que diz respeito à formulação de regras para o mercado voluntário de carbono fora das instituições oficiais. O mercado voluntário é constituído por projetos privados externos à NDC (Nationally Determined Contribution) de um país, ou seja, não fazem parte do orçamento de carbono do Estado. Composto por empresas que têm o objetivo de compensar suas emissões, suas ações acontecem de forma totalmente voluntária e sem o estabelecimento de qualquer meta, agindo de acordo com a lei da oferta e demanda. A maioria das nações atualmente possui um mercado voluntário, como o caso do Brasil, que ainda não conta com um mercado de carbono regulado.

### 3. O Brasil oficial e a sociedade civil

A expectativa apontada pelos especialistas, cientistas e lideranças ativistas da agenda climática para a COP26 difere drasticamente daquelas apresentadas pelas lideranças políticas oficiais brasileiras e representantes das maiores empresas agrícolas, energéticas e do mercado financeiro acerca da definição de metas e projeções almejadas ao final da conferência.

Sob esse aspecto, é interessante analisar alguns preparativos pré-COP e debates que guiarão as propostas a serem levadas e o que esperar em termos de condicionantes ou fatores de transição sustentável. Nesse ponto, fica evidente a total dissonância do poder

público e setor privado em relação aos especialistas, ambientalistas e ativistas junto com a população no que tange à preocupação em atingir metas de redução das emissões de GEE's, incentivos à transição econômico-produtiva sustentável e compromissos com os quais o Brasil deveria se comprometer.

Por um lado, nas últimas décadas o esforço nacional para diversificação da matriz energética, proteção de áreas ambientais e terras indígenas, assim como incentivos para construção de cadeia produtiva mais sustentável cresceu; por outro, em anos mais recentes, em particular no governo Bolsonaro, observou-se uma postura negacionista cada vez mais abrangente e destrutiva das conquistas citadas, tendo a atual administração alcançado recordes nas taxas de desmatamento na Amazônia. Assim, com uma flexibilização cada vez maior da demarcação de terras indígenas, no enfraquecimento dos órgãos de monitoramento, como Ibama e ICMBio, e com inchaço do ideal desenvolvimento *versus* sustentabilidade, a bandeira do atual governo para desenvolver a economia em meio a uma pandemia foi desmatar, poluir e utilizar-se da autoridade nacional sobre seu território sem responsabilidade.

Por outro lado, a ação dos ativistas locais e dos especialistas na busca por desmentir dados falsos, utilizados inclusive pelo chefe geral da Embrapa Territorial, Evaristo Miranda, para defender que o Brasil não havia desmatado demais suas terras e que as áreas ocupadas para produção representavam menos de um terço do território nacional, algo que foi refutado e explicado pelo Observatório do Clima em 2019, foi contínua e teve repercussão na abertura da COP com o discurso da indígena Txai Suruí, a qual afirma ter sofrido intimidações nos bastidores por parte da delegação brasileira. A mídia brasileira circulou um depoimento de Bolsonaro criticando a postura de Txai na COP ao “falar mal do Brasil” e ainda menosprezando os povos indígenas, o que rendeu o primeiro lugar no antiprêmio de “Fóssil da



semana”, conferido por entidades não governamentais na COP aos países que tiveram as piores propostas e posicionamentos em relação à mudança climática, concedido ao Brasil à luz da justiça ambiental.

Ademais, a falta de acessibilidade às terras de foco do desmatamento, localizadas na fronteira agrícola amazônica, a desinformação, o enfraquecimento dos órgãos de monitoramento e a ascensão do discurso de extrema-direita contribuíram para o aumento da situação de vulnerabilidade dos povos indígenas, da população local, da biodiversidade e do bioma amazônico, de importância mundial na regulação climática, bem como para o descrédito das reivindicações ambientalistas frente à urgência da agenda do clima. Porém, foi elogiado na COP a participação da juventude, e principalmente das organizações da sociedade brasileira, atores subnacionais e partes do setor privado no engajamento e maturidade do discurso acerca do tema, reforçado por Ana Toni no balanço da primeira semana da conferência em *webinar* do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). É notável o impacto das propostas e pesquisas que foram levadas por essa camada representativa do Brasil, principalmente no melhor uso da terra com a integração de áreas produtivas sustentáveis em lavoura-pecuária-floresta, já incorporada nos planos oficiais do governo para áreas de pastagem degradadas, mas uma proposta ainda pouco utilizada na prática.

No âmbito de expectativas e receios acerca dos resultados da COP, a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, traz em uma série de três entrevistas ao *Clima Info* os pontos mais alarmantes da gestão atual e a completa falta de preparo da comitativa oficial, constatada na ausência de um plano de ação a duas semanas da conferência. Além disso, Izabella ainda considera como sucesso a não interferência brasileira de forma negativa, sem esperar algo positivo dos negociadores nacionais, e, de um modo mais abrangente, afirma que é extremamente necessário que se conclua o Livro de Regras de Paris, da COP21, o

artigo 6 que diz respeito ao mercado de carbono e que se acabe com todo o desmatamento, sendo ele ilegal ou não, dado seu alto risco de transformar a Amazônia de sumidouro de carbono para emissor.

Nesse sentido, a atuação da comitativa oficial durante a conferência não foi desastrosa, talvez pela ausência do presidente, Jair Bolsonaro, e do seu vice, Hamilton Mourão, mas não deixou de falhar principalmente ao apresentar sua NDC, Contribuição Nacionalmente Determinada, em que o Brasil assume uma meta na redução de CO<sub>2</sub> pouco ambiciosa e caracterizada por muitos especialistas como “pedalada climática”, já que priorizou a utilização do Quarto Inventário Nacional, produzido pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em referência ao ano-base das emissões, 2005, o qual encontra o montante de emissões de CO<sub>2</sub> menor do que a terceira versão do Inventário, de acordo com esta o montante seria 2,8 bilhões de toneladas em comparação ao quarto, com 2,4 bilhões de toneladas, permitindo assim que se permaneça com as emissões de CO<sub>2</sub> estabelecidas em Paris, mesmo com o aumento da porcentagem, redução de 43% a 50% das emissões até 2030, mantendo a redução dos 1,2 GtCO<sub>2</sub> estabelecidos em 2015.

Além disso, a exaltação feita pelos oficiais brasileiros por ser um dos países com a matriz energética mais limpa e, novamente, as afirmações equivocadas sobre as taxas de desmatamento e proteção ambiental, buscaram melhorar a imagem do país para que este, assim como a China, Índia, o bloco AOSIS e diversos outros países em desenvolvimento, reforçasse a conclusão do financiamento de 100 bilhões de dólares para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas para as nações subdesenvolvidas e em desenvolvimento, prometido no Acordo de Paris em 2015, mas nunca entregue. Ponto este extremamente relevante e cobrado durante a COP, no que diz respeito à justiça climática e ao princípio fundado com grande influência brasileira na Rio-92, conferência que elaborou a Convenção-Quadro das

Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que exige ação e apoio financeiro dos países desenvolvidos.

Esse discurso brasileiro, contudo, visava também eximir o país das suas responsabilidades, além é claro de receber apoio financeiro, na medida em que a principal fonte de poluentes é o desmatamento e o agronegócio, com as emissões de metano entérico, e que se torna conveniente pois tende a reconhecer na imagem brasileira seu avanço em termos de energia e serve de crédito para continuar o desmatamento em nome do desenvolvimento nacional, sem continuar a produzir esforços nas áreas mais caras da mudança sustentável, no caso do Brasil, o fim do desmatamento e o novo uso da terra.

Essa postura é ratificada com o posicionamento da JBS, uma das maiores empresas produtoras de carne do mundo, a maior no Brasil, e de biocombustíveis, ao anunciar a utilização de uma nova raça que preveniria o gado de flatular metano e prepararia o animal para o abate após dois anos de seu nascimento, assim, não seria necessário diminuir o rebanho. Entretanto, não é questionado a qualidade e acessibilidade da carne para a alimentação da população, muito menos a qualidade de vida do animal ou seus direitos enquanto ser vivo, afinal a conferência que busca combater às mudanças climáticas deve buscar também reconhecer a interdependência entre o homem, a natureza e os custos, humanos inclusive, caso se negligencie a importância desta relação.

Ainda, na questão dos biocombustíveis, a empresa se utiliza de uma brecha nos regulamentos do programa nacional de venda de CBios (Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis), quando a matéria-prima do combustível não é poluente, considerando o material de origem do biocombustível produzido pela JBS, o sebo bovino, como de origem no abatedouro, sem observar a vida do animal, suas emissões entéricas e se este cresceu em local de

pastagem regularizado ou não, o que gerou lucro de milhões além da própria venda do combustível.

Em 26 de novembro, Paulino Franco de Carvalho Neto, principal diplomata do país para negociações climáticas, disse em entrevista à *Reuters*, que o Brasil iria intensificar suas metas do Acordo de Paris na COP26, enquanto buscava recuperar a credibilidade de suas políticas ambientais e da gestão da floresta amazônica. Além disso, foi afirmado que o Brasil iria antecipar para 2050 a sua meta de neutralidade de carbono. A meta de redução do país passaria de 43% para 50% de emissões até 2030 e que o Brasil, como exposto pelo vice-presidente, Hamilton Mourão, pretendia acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia dois ou três anos antes da meta de 2030. Desse modo, o Brasil chegou à COP26 com um discurso um pouco diferente do usual praticado pelo governo de Bolsonaro. Ao invés do usual negacionismo climático, compromissos e promessas foram feitas em prol do combate climático. Entretanto, para Mercedes Bustamante, o Brasil chegou à conferência como um negociador menos reconhecido, pois não possui um portfólio de ações positivas, como o desmonte das instituições fiscalizadoras, aumento do desmatamento e um discurso oficial que, ao longo de todo o governo Bolsonaro, negou as mudanças climáticas.

Outro ponto que deve ser lembrado é a composição da delegação brasileira e o simbolismo que os demais atores subnacionais propõem para o esforço do combate às mudanças climáticas. Assim, o Brasil chegou à COP26 com a maior delegação da conferência, composta por 479 participantes, chefiada pelo ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, formada por ministros, secretários, governadores, prefeitos e membros de organizações não governamentais. Um ponto de destaque da participação brasileira na conferência foi, apesar do desfalque em termos de representação do presidente e do vice-presidente, a grande presença de atores da sociedade civil, como indígenas, quilombolas, movimentos raciais e grupos

de jovens ativistas. A grande diversidade de atores foi classificada por Ana Toni, diretora do Instituto Clima e Sociedade, como uma espécie de paradiplomacia da sociedade.

Esta sociedade brasileira, que não foi como membro oficial da comitiva brasileira, se esforçou para mostrar que o Brasil possui ciência, movimentos sociais e capacidade de articulação, para além do discurso anticlima do governo federal. Desse modo, Isabela Teixeira argumentou em um evento, no dia 2 de novembro, que a política climática do Brasil possui três pilares fundamentais: a democracia, a ciência e a cooperação internacional. Contudo, a ex-ministra afirma que o governo Bolsonaro conseguiu acabar com todos estes pilares. Além disso, Isabela afirma que a estrutura da política climática no Brasil foi fragmentada e esvaziada, e reitera que os compromissos e promessas realizadas no momento pré-COP e no início da COP pelo governo federal, não passam de intenções, nas quais ela afirma que o governo Bolsonaro transita entre negacionismo climático e o populismo climático, uma vez que não há dados e metas, somente discursos

Em um estudo apresentado no Brazil Climate Action Hub, Raoni Rajão, professor e pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais, apresentou uma projeção para o cenário do desmatamento na Amazônia entre uma governança fraca e uma governança forte. As variáveis que definem o grau da governança são: capacidade de fiscalização, discurso político, legislação ambiental forte e unidades de conservação. Desse modo, Rajão exibiu que o total de desflorestamento entre 2020 e 2050 seria de 821 mil km<sup>2</sup> no cenário de um governo fraco e de 137 mil km<sup>2</sup> em um governo forte, logo a diferença de cenário de desmatamento entre os dois cenários possíveis é de 684 mil km<sup>2</sup>. Rajão também argumentou que desmatar é um jogo de soma negativa, pois ele gera lucro de 19 bilhões, contudo também gera, ao mesmo tempo, uma perda regional na capacidade de produção agrícola de 185,6 bilhões.

O ponto chave para a redução das emissões de carbono do Brasil parte do combate ao desmatamento, este que está diretamente ligado às emissões provenientes do uso da terra e agricultura. Apesar de não estar no caminho de cumprir suas metas de redução, esta não é impossível, uma vez que em 2030 as nossas metas de emissão são as mesmas que as que emitimos em 2009.

A presença dos atores subnacionais também foi um ponto de destaque na participação do Brasil na COP. Foi a conferência com a maior atuação de governadores, parlamentares e prefeitos por parte do Brasil. A ação dessa paradiplomacia reflete o cenário nacional da política climática atual, marcada pelo dismantelamento das instituições, burocracias e ataques contra populações tradicionais, no qual esses atores entram em ação para compor o vácuo deixado pelo governo federal. Além disso, a atuação de atores políticos dos âmbitos estaduais e municipais, como também do legislativo, é de grande importância para a dinâmica do local-nacional-global nas questões de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, pois os cenários no Brasil entre os estados e regiões são muito variados, com muitas diversidades de pautas, agendas, como também de desigualdades.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, em um evento no espaço da sociedade brasileira, Brazil Climate Action Hub (espaço nomeado por Casagrande como a casa do Brasil na Escócia), reforçou o afastamento do governo do tema e assumiu a responsabilidade dos governadores na agenda climática. Casagrande é o presidente da Coalizão dos governadores pelo clima ou Coalizão Brasil Verde, grupo lançado no dia 4 de novembro, no espaço da sociedade civil brasileira na COP. A aliança é composta por 25 governadores e os únicos que não fizeram parte do grupo são Marcos Rocha (PSL), de Rondônia, e Antônio Denarium (PP), de Roraima. O grupo será organizado entre coordenadores dedicados a cada bioma: Dória (PSDB-SP) ficará encarregado

da Mata Atlântica; Helder Barbalho (MDB-PA), da Amazônia; Ronaldo Caiado (DEM-GO), do Cerrado; Wellington Dias (PT-PI), da Caatinga; Mauro Mendes (DEM-MT), do Pantanal; e Eduardo Leite (PSDB-RS), do Pampa. Os governadores, desse modo, querem facilitar a vinda de investimentos e de recursos externos com foco em desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente e redução das emissões de carbono. Portanto, pretendem viabilizar a captação de recursos no exterior junto a governos estaduais e empresas, sem passar necessariamente pelo envolvimento da União, por exemplo, por meio de fundações empresariais e fundos não governamentais de cooperação internacional.

Apesar da importante ação dos governadores, Márcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima, lembrou em entrevista à *Pianú*, que a coalizão lançada pode recuperar parte dos investimentos perdidos, mas a capacidade desses atores subnacionais na geopolítica do clima é limitada, uma vez que as COPs são reuniões entre países, e que os governadores não possuem o poder da negociação.

Outra ação importante lançada na COP26 foi a proposta brasileira de um *Green New Deal*, também lançado no Brazil Climate Action Hub. O GND-BR foi idealizado e articulado pelo deputado Alessandro Molon (PSB), mas que contou também com o suporte do Instituto Clima e Sociedade e do Observatório do Clima. A proposta de um “novo pacto verde à la brasileira” é defendida por Molon pelo fato de que os problemas entre os países são variados, o que demanda pensar em um GND local. Sendo assim, o GND-BR é composto por trinta ações, divididas entre cinco eixos (infraestrutura, cidades, floresta e uso da terra, transição econômica justa e sustentável e mudanças políticas e normativas). A expectativa da proposta é que se gere 9,5 milhões de empregos, com 5,4 milhões sendo formais, uma média anual de salário de 26 mil reais anuais, aumento da arrecadação tributária em 121 bilhões de reais e redução de 1GtCO<sub>2</sub> por ano. Além

disso, o custo da transição para uma economia verde é calculado entre 509,136 bilhões, apenas 7% do PIB brasileiro.

O GND-BR é classificado por Molon como uma utopia concreta, ou seja, é um projeto que está no horizonte, que não é impossível como tampouco inviável. Um dos pontos mais interessantes do projeto é que ele vai além dos cenários e ideias para uma redução da temperatura global de 1,5°C, ao apresentar caminhos, ações e projeções que o Brasil poderia adotar, a exemplo do aumento de impostos sobre heranças com destinação prioritária a ações ambientais, a adoção da taxa de carbono e o redirecionamento dos custos. A proposta, claramente apresentada para influenciar o debate eleitoral da campanha para presidente em 2022, inclui a possibilidade de limitar os subsídios aos agrotóxicos (16 bilhões de reais por ano) e aos combustíveis fósseis (cerca de 90 bilhões de reais ao ano). Além disso, a proposta inclui uma articulação entre as agendas social, econômica e ambiental.

Como benefícios da transição verde, é reforçado que os investimentos requeridos para a transição são essenciais para o Brasil atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, nos coloca no caminho para cumprirmos as metas da nossa NDC, como também ajuda na formalização do trabalho, reduzindo as disparidades socioeconômicas do país.

#### 4. O governo brasileiro nas negociações

A mudança de postura brasileira nas negociações da COP, evidenciada desde o começo do governo Bolsonaro, é observada com receio e certa decepção por muitos atores estatais e não governamentais. O governo brasileiro afastou-se de antigos parceiros climáticos, principalmente na América do Sul. Há um lapso de metas apresentadas pelo Brasil e pela Argentina, esta com planos mais



sólidos para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> até 2030 e neutralizá-las em 2050. Além disso, os prenúncios de sua pouca credibilidade e atuação durante a cúpula dos líderes do G20 evidenciava o isolamento brasileiro e a dificuldade de negociar projetos e investimentos, dado o histórico recente de políticas ambientais nacionais no governo Bolsonaro. Alguns dados interessantes lançados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) logo após o encerramento da conferência, no dia 18 de novembro de 2011, mostram a ambivalência da atuação do governo brasileiro na agenda das mudanças climáticas, ao revelar a maior taxa de desmatamento da Amazônia nos últimos quinze anos.

Ademais, com o privilégio geográfico e geológico do território brasileiro, sem mencionar a experiência no setor agrícola, que gera um benefício em termos de proximidade e conhecimento com o objeto em análise, era esperado que as metas, propostas e planos de ação oficiais fossem mais detalhados e assertivos. Se olharmos para a herança brasileira nas negociações internacionais dentro de reuniões e eventos como a COP, o estranhamento será ainda mais evidente dado a grande influência do país no esforço para alcançar o reconhecimento das diferenças sociais e a relevância em tratar do tema dentro da agenda climática. Em contraposição a tal histórico, a atuação brasileira nas negociações desta COP decepcionou por fazer parte do grupo de países que buscaram evitar o termo “direitos humanos” nos textos oficiais. Soma-se a isso a ausência de planos para ampliar a demarcação de terras indígenas e diversificação da produção nacional agrícola no plano ABC+, ambas ações discutidas amplamente entre a sociedade civil, inclusive na COP, dentro do Brazil Climate Action Hub, como fatores de alta relevância para promover a transição verde nacional de forma justa e inclusiva.

Contudo, o Brasil também se comprometeu com uma série de acordos incorporados no texto final das negociações, como do metano, redução do desmatamento e recuperação de áreas degradadas,

além de ter tido forte influência na resolução das regras do capítulo 6, sobre os mercados de carbono internacionais. Nesse aspecto, apesar de o Brasil ter se comprometido com metas necessárias para se alcançar os 1,5°C no final do século, é necessário observar planos detalhados de ação de compromissos no curto, médio e longo prazo, algo que Izabella Teixeira aponta como falha da política brasileira; ela afirma que “[...] o Brasil não sabe trabalhar com o longo prazo [...]”.

Nesse sentido, a influência brasileira dentro da elaboração das regras do artigo 6 diz respeito à defesa de que se contabilizassem os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo de 2013 para frente, algo controverso por funcionar como um desconto do que se deve reduzir em emissões, possibilitando que o mercado comece com um passivo de 320 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, de acordo com o World Resource Institute (WRI Brasil). Além de defender também, como já foi dito anteriormente, a dupla contagem nos descontos do crédito de carbono, do país comprador e do credor, o que na prática mascara o impacto ambiental efetivo e compromete os objetivos da COP.

Por outro lado, a aproximação brasileira à demanda dos países em desenvolvimento para exigir o financiamento anual de 100 bilhões de dólares para adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, segue a lógica histórica da defesa do princípio de igualdade entre as nações, seguindo o pressuposto de tratar diferentemente os desiguais para promover esta condição, e assim contribuir para a justiça climática. Porém, como já exposto anteriormente, este princípio gera também uma situação ambígua em que os países em desenvolvimento ao mesmo tempo que necessitam do apoio financeiro dos desenvolvidos e encontram-se em situação de grande vulnerabilidade climática e social, acabam por acomodar-se em suas metas de incentivo e mitigação do uso de fontes fósseis de energia, de combate ao desmatamento, de promoção da restauração e proteção de áreas degradadas e incentivo da produção sustentável. Essa situação é



verificável no caso chinês e indiano, principalmente, em que foram anunciadas metas para zerar as emissões de CO<sub>2</sub>, respectivamente, em 2060 e 2070, vinte anos após o prazo colocado na conferência. Esse lapso foi questionado pelo jornal catari *Al Jazeera* ao ex-negociador chefe da União Europeia, Peter Betts, que caracteriza as metas de Narendra Modi como “totalmente aceitáveis” e afirma estar mais preocupado com as metas de 2030 e o alcance que estas terão, já que se trata do “meio do caminho”, reconhecendo que apesar do progresso feito nessa COP, ainda não se está dentro dos 1,5°C, como foi afirmado por outros veículos de imprensa, de acordo com as NDCs atuais.

Por fim, apesar da atuação brasileira em alguns pontos do acordo terem se mostrado positivas, como a adesão aos tópicos sobre metano, fim do desmatamento e recuperação de áreas degradadas pelo pasto, além do apoio ao mercado internacional de carbono, algo que o país vinha se mostrando contra durante as últimas COPs, sua postura e discurso político fora do evento demonstram grandes dificuldades, retrocessos e pouca predisposição para o cumprimento de tais obrigações.

Dessa forma, a evidência da atuação de dois “Brasis” dentro do evento demonstra a dicotomia interna do Estado, não só na agenda climática como em outras que se afetam mutuamente, como por exemplo, o desenvolvimento econômico e a questão social, que dificulta e torna difusa a ação para se alcançar de fato as metas apresentadas na COP. Na medida em que os representantes do governo federal brasileiro são, em sua maioria, negacionistas, as disparidades se aprofundam e o enfrentamento do problema das mudanças climáticas em todas as frentes necessárias fica mais difícil de se concretizar.

Assim, o intuito inicial das COPs de facilitar o diálogo internacional e a implementação de medidas adaptativas e transformadoras no tema do meio ambiente a fim de seguir um modo de vida cada vez mais sustentável, tem sido prefigurado nos esforços

durante as conferências e nas metas de cada acordo. Contudo, os desafios da atualidade econômica, e do pensamento aqui apresentado do desenvolvimento *versus* preservação ambiental, se colocam como obstáculos de difícil superação, já que confrontam o *status quo* do poder financeiro de frente e utilizam bases de dados científicos do IPCC, por exemplo, que apontam o modo de produção e consumo atuais como grandes indicativos da problemática ambiental e que devem ser transformados, aspectos esses que também são pilares na estrutura financeira atual. Com isso, o papel das COPs na liderança da adaptação a um modo de vida mais sustentável observa certos desafios significativos, já que pressupõe conflitos de interesses com multinacionais e empresas de alta relevância no mercado.

## Notas

- 1 UNFCCC. List of participants. Part one. Parties and observer States. Nov. de 2021. Acesso em: nov. de 2021. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/323052>
- 2 GYE, Hugo. Boris Johnson interview: ‘COP26 is the world’s last opportunity to keep global warming below 1.5C’. *iNews UK*, 2021. Acesso em: nov. 2021. Disponível em: <https://inews.co.uk/news/politics/cop26-boris-johnson-glasgow-climate-summit-last-opportunity-global-warming-1276022>
- 3 ASTHANA, Anushka. ‘Our existence might be in jeopardy’: How Kiribati is being swallowed by rising seas. (2021). *iTV News*. Disponível em: <https://www.itv.com/news/2021-11-11/an-existence-in-jeopardy-how-kiribati-is-being-swallowed-by-rising-seas>. Acesso em: 3 dez. 2021.
- 4 GLOBAL WITNESS. Hundreds of fossil fuel lobbyists flooding COP26 climate talks. 2021. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/hundreds-fossil-fuel-lobbyists-flooding-cop26-climate-talks/>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- 5 ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND. COP26 Ends with a Strong Result on Carbon Markets and an International Call to Action for the Most Urgent Climate Priorities. *EDF*, 2021. Disponível em: <https://www.edf.org/media/cop26-ends-strong-result-carbon-markets-and-international-call-action-most-urgent-climate>. Acesso em: 28 dez. 2021.
- 6 DIAB, Khaled. COP26: Half-baked carbon market rules fail to take heat off the climate. *Carbon Market Watch*, 2021. Disponível em: <https://carbonmarketwatch.org/2021/11/13/cop26-half-baked-carbon-market-rules-fail-to-take-heat-off-the-climate/>. Acesso em: 4 dez. 2021.
- 7 UNFCCC. Rules, modalities and procedures for the mechanism established by Article 6, paragraph 4, of the Paris Agreement. Disponível em: [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma3\\_auv\\_12b\\_PA\\_6.4.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma3_auv_12b_PA_6.4.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.
- 8 GLASGOW LEADERS’ DECLARATION ON FORESTS AND LAND USE. Disponível em: <https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- 9 CLIMATE FOCUS. 2020 NYDF Progress Assessment Report: Balancing forests and development. Disponível em: <https://www.climatefocus.com/publications/2020-nydf-progress-assessment-report-balancing-forests-and-development>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- 10 SITI, Nurbaya Bakar. Publicação em rede social. Disponível em: [https://www.facebook.com/story.php?story\\_fbid=423301585827257&id=100044422569982](https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=423301585827257&id=100044422569982). Acesso em: 29 dez. 2021.
- 11 MOORE, Andrew. COP26 Deforestation Pledge: A Promising Solution With an Uncertain Future. 10 nov. 2021. Disponível em: <https://cnr.ncsu.edu/news/2021/11/cop26-deforestation-pledge-a-promising-solution-with-an-uncertain-future/>. Acesso em: 27 jan. 2022.
- 12 GERKEN, Tom; ROWLATT, Justin. COP26: Document leak reveals nations lobbying to change key climate report. *BBC*, 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/science-environment-58982445>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- 13 AP. India tries to block coal phaseout from COP26 deal. *Político*, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/11/13/india-coal-cop26-521365>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- 14 ELLIS-PETERSEN, Hannah. India criticized over coal at Cop26 - but real villain is climate injustice. *The Guardian*, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/14/india-criticised-over-coal-at-cop26-but-real-villain-was-climate-injustice>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- 15 DOHA DEBATES. Indigenous activist Txai Suruí’s full speech at COP26. Youtube, 4 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TP5Nbc5P0GM>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- 16 GUARDIAN NEWS. ‘I am deeply sorry’: Alok Sharma fights back tears as watered-down Cop26 deal agreed. Youtube, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HLmaumUTqVE>. Acesso em: 29 jan. 2022.

## Referências

Acordo com regras para mercado de carbono é aprovado. *Terra*, 2021. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/cop-26-acordo-com-regras-para-mercado-de-carbono-e-aprovado,19627074ac9902c968df8723fd907f17q2e22ddb.html>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Adaptation Fund raises record US\$ 356 million in new pledges at COP 26 for its concrete actions to the most vulnerable. *UNFCCC*, 2021. Disponível em: <<https://unfccc.int/news/adaptation-fund-raises-record-us-356-million-in-new-pledges-at-cop26-for-its-concrete-actions-to>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ASTHANA, Anushka. ‘Our existence might be in jeopardy’: How Kiribati is being swallowed by rising seas. *iTV News*, 2021. Disponível em: <https://www.itv.com/news/2021-11-11/an-existence-in-jeopardy-how-kiribati-is-being-swallowed-by-rising-seas>. Acesso em: 3 dez. 2021.

AO PONTO: Como o Brasil chega à Conferência do Clima da ONU? Entrevistada: Mercedes Bustamante. Entrevistadores: Carolina Morand e Roberto Maltchik. *O Globo*, 28 out. 2021. Podcast. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/podcast/como-brasil-chega-conferencia-do-clima-da-onu-25254253>. Acesso em: 1 nov. 2021

AP. India tries to block coal phaseout from COP26 deal. *Politico*, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2021/11/13/india-coal-cop26-521365>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL CLIMATE ACTION HUB. Desmatamento na Amazônia e metas de Paris, qual é o tamanho do buraco?, 2021. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/eventos-3/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL CLIMATE ACTION HUB. Em busca do tempo perdido: recuperando a confiança e reconstruindo a política de clima num Brasil pós-Bolsonaro, 2021. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/events/painel-2-em-busca-do-tempo-perdido-recuperando-a-confianca-e-reconstruindo-a-politica-de-clima-num-brasil-pos-bolsonaro/>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRASIL CLIMATE ACTION HUB. Green New Deal Brasil: 30 ações até 2030 para um

desenvolvimento justo e sustentável, 2021. Disponível em: <https://www.brazilclimatehub.org/eventos-3/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL CLIMATE ACTION HUB/ CEBRI. Uma concertação pela Amazônia - Balanço da primeira semana da COP26 e projeção da segunda semana, 2021. Disponível em: <https://www.cebri.org/br/evento/496/uma-concertacao-pela-amazonia-ao-vivo-da-cop26>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Cada um por si, vácuo acima de todos. Na ausência de Bolsonaro, governadores brasileiros se articulam na COP26 para levantar recursos para projetos ambientais. *Piauí*, 2021. Disponível em: [https://piaui.folha.uol.com.br/cada-um-por-si-vacu-acima-de-todos/?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=04112021-ClimaInfo-Newsletter](https://piaui.folha.uol.com.br/cada-um-por-si-vacu-acima-de-todos/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=04112021-ClimaInfo-Newsletter). Acesso em: 02 nov. 2021.

CAFÉ DA MANHÃ: COP26: a força da grana nas questões do clima. Entrevistados: Natalie Unterstell, Sergio Arispe, Marina Marçal e Ana Carolina Amaral. *Folha de São Paulo*, 12 nov. 2021. Podcast. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2021/11/cop26-discute-como-pagar-a-conta-das-mudancas-climaticas-ouca-podcast.shtml>.

Carbon markets COP 26 closes biggest loopholes lacks clarity voluntary trade. *Clean Energy Wire*, 2021. Disponível em: <<https://www.cleanenergywire.org/news/carbon-markets-cop26-closes-biggest-loopholes-lacks-clarity-voluntary-trade>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CLIMA INFO. #climasemfake entrevista Izabella Teixeira, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8q5qqIvM3xI&t=1s>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CLIMATE FOCUS. 2020 NYDF Progress Assessment Report: Balancing forests and development. Disponível em: <https://www.climatefocus.com/publications/2020-nydf-progress-assessment-report-balancing-forests-and-development>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CONEXÃO PELO CLIMA. Soluções locais para resiliência climática e Bioeconomia vai pautar o futuro do desenvolvimento, 2021. Disponível em: <https://conexaopeloclima.com.br/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

COP26 carbon-market talks “difficult”- but hopes

for breakthrough said Norway minister. *Reuters*, 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/business/cop/cop26-carbon-market-talks-difficult-hopes-breakthrough-says-norway-minister-2021-11-07/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 chega a acordo sobre mercado de carbono e redução de combustíveis fósseis. *Gazeta do Povo*, 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/cop-26-chega-a-acordo-sobre-mercado-de-carbono-e-reducao-de-combustiveis-fosseis/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 encerrada. *Clima Info*, 2021. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2021/11/13/cop26-encerrada/>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 ends with agreement but falls short on climate action. *UNEP*, 2021. Disponível em: <<https://www.unep.org/news-and-stories/story/cop26-ends-agreement-falls-short-climate-action>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 ends with global agreement to speed up action on climate change. *Gov. UK*, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/cop-26-ends-with-global-agreement-to-speed-up-action-on-climate-change>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Cop26: entenda a importância do artigo 6 para a regulamentação do mercado internacional de carbono. *Um só planeta.globo*, 2021. Disponível em: <<https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2021/10/21/cop26-entenda-a-importancia-do-artigo-6-do-acordo-de-paris-para-a-regulamentacao-do-mercado-internacional-de-carbono.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 - KEY DEALS. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1z1aCu9mEEX7WfLg8E76-wvS0RznV1R6kVtT7EG4hwc/edit#heading=h.lr3wgbqrqmkw>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COP26 recebe denúncia de desmonte da política ambiental no Brasil. *Congresso em Foco*, 10 nov. 2021. Disponível em: [https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/cop26-recebe-denuncia-de-desmonte-da-politica-ambiental-no-brasil/?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=11112021](https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/cop26-recebe-denuncia-de-desmonte-da-politica-ambiental-no-brasil/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=11112021). Acesso em: 11 nov. 2021.

CORPORATE ACCOUNTABILITY. Joint civil society submission on “progress in the

implementation of the SBI conclusions on non-Party stakeholder engagement with a view to considering how such engagement can be further enhanced.” 2018. Disponível em: <https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2018/02/for-online-Final-Joint-CSO-submission-AIM-Feb2018-1.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2021.

DIAB, Khaled. COP26: Half-baked carbon market rules fail to take heat off the climate. *Carbon Market Watch*, 2021. Disponível em: <https://carbonmarketwatch.org/2021/11/13/cop26-half-baked-carbon-market-rules-fail-to-take-heat-off-the-climate/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

ELLIS-PETERSEN, Hannah. Indonesia says Cop26 zero-deforestation pledge it signed ‘unfair’. *The Guardian*, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2021/nov/05/indonesia-says-cop26-zero-deforestation-pledge-it-signed-unfair>. Acesso em: 5 dez. 2021.

ELLIS-PETERSEN, Hannah. India criticized over coal at Cop26 - but real villain is climate injustice. *The Guardian*, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/14/india-criticised-over-coal-at-cop26-but-real-villain-was-climate-injustice>. Acesso em: 29 jan. 2022.

End of coal in sight at COP 26. *UNFCCC*, 2021. Disponível em: <<https://unfccc.int/news/end-of-coal-in-sight-at-cop26>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

End of coal in sight as uk secures ambitious commitments at cop 26. *UNFCCC*, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/end-of-coal-in-sight-as-uk-secures-ambitious-commitments-at-cop26-summit>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND. COP26 Ends with a Strong Result on Carbon Markets and an International Call to Action for the Most Urgent Climate Priorities. *EDF*, 2021. Disponível em: <https://www.edf.org/media/cop26-ends-strong-result-carbon-markets-and-international-call-action-most-urgent-climate>. Acesso em: 28 dez. 2021.

EXAME. Cobertura da COP-26 em parceria com a Rede Brasil do Pacto Global, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X4fbs7QW5vI>. Acesso em: 4 nov. 2021.



GLASGOW LEADERS' DECLARATION ON FORESTS AND LAND USE. Disponível em: <https://ukcop26.org/glasgow-leaders-declaration-on-forests-and-land-use/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GLOBAL WITNESS. Hundreds of fossil fuel lobbyists flooding COP26 climate talks. 2021. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/hundreds-fossil-fuel-lobbyists-flooding-cop26-climate-talks/>. Acesso em: 4 dez. 2021.

GUARDIAN STAFF AND AGENCIES. Tuvalu minister to address Cop26 knee deep in water to highlight climate crisis and sea level rise. *The Guardian*, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/08/tuvalu-minister-to-address-cop26-knee-deep-in-seawater-to-highlight-climate-crisis>. Acesso em: 4 dez. 2021.

GUARDIAN NEWS. 'I am deeply sorry': Alok Sharma fights back tears as watered-down Cop26 deal agreed. *Youtube*, 14 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HLmaumUTqVE>. Acesso em: 29 jan. 2022.

GYE, Hugo. Boris Johnson interview: 'COP26 is the world's last opportunity to keep global warming below 1.5C'. *iNews UK*, 29 de outubro de 2021. Acesso em: nov. 2021. Disponível em: <https://inews.co.uk/news/politics/cop26-boris-johnson-glasgow-climate-summit-last-opportunity-global-warming-1276022>

Indígenas ganham vitrine, voz e fundos inéditos na COP26. *Folha de São Paulo*, 04 nov. 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/indigenas-ganham-vitrine-voz-e-fundos-ineditos-na-cop26.shtml?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=04112021](https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/indigenas-ganham-vitrine-voz-e-fundos-ineditos-na-cop26.shtml?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=04112021). Acesso em: 5 nov. 2021.

Loss and damage at COP 26. *UNEPTU*, 2021. Disponível em: <https://unepdtu.org/loss-and-damage-at-cop26/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MCGRATH, Matt. COP26: Time to sober up. *BBC News*, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/science-environment-59193769>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MEIGHAN, Craig. Boris Johnson warns Glasgow COP26 is 'last chance' to stop temperature rise passing 1.5 C. *The National*, 2021. Disponível em:

<https://www.thenational.scot/news/19683454.boris-johnson-warns-glasgow-cop26-last-chance-stop-temperature-rise-passing-1-5c/>. Acesso em: 3 dez. 2021.

Na Cop26, investidores brasileiros pedem ação imediata do governo. *Valor*, 03 nov. 2021. Disponível em: [https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/11/03/na-cop26-investidores-brasileiros-pedem-ao-imediata-do-governo.ghtml?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=04112](https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/11/03/na-cop26-investidores-brasileiros-pedem-ao-imediata-do-governo.ghtml?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=04112). Acesso em: 05 nov. 2021.

Net zero financing. *Gfanzero*, 2021. Disponível em: <https://www.gfanzero.com/netzerofinancing/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Nova aliança de bancos, financiadores e seguradoras para um futuro carbono zero. *UNEP*, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/nova-alianca-de-bancos-financiadores-e-seguradoras>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Na COP26, Embrapa apresenta mapas de estoque de carbono orgânico no solo, 2021. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/301485-na-cop-26-embrapa-apresenta-mapas-de-estoque-de-carbono-organico-do-solo.html#.YbFHKVVKjIW>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Presidency negotiations. *UK COP 26*, 2021. Disponível em: <https://ukcop26.org/uk-presidency/negotiations/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Senado aprova transformar em lei meta do Brasil de neutralizar emissão de carbono até 2050. *G1*, 3 nov. 2021. Disponível em: [https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/03/senado-aprova-transformar-em-lei-meta-do-brasil-de-neutralizar-emissao-de-carbono-ate-2050.ghtml?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=05112021](https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/03/senado-aprova-transformar-em-lei-meta-do-brasil-de-neutralizar-emissao-de-carbono-ate-2050.ghtml?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=05112021). Acesso em: 5 nov. 2021.

Setor privado se compromete com financiamento para o clima na COP 26. *UN Brasil*, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/156799-setor-privado-se-compromete-com-financiamento-para-o-clima-na-cop26>. Acesso em: 20 dez. 2021.

UNFCCC. List of participants. Part one. Parties and observer States. Nov. 2021. Acesso em:



nov. 2021. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/323052>

UNFCCC. Rules, modalities and procedures for the mechanism established by Article 6, paragraph 4, of the Paris Agreement. Disponível em: [https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma3\\_auv\\_12b\\_PA\\_6.4.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma3_auv_12b_PA_6.4.pdf). Acesso em: 28 dez. 2021.

UNFCCC. Guidance on cooperative approaches referred to in Article 6, paragraph 2, of the Paris Agreement. Disponível em: <https://unfccc.int/documents/310510>. Acesso em: 28 dez. 2021.

UNITED NATIONS. Brazil's emissions: how low can you go? Blue Zone. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIcQ791VGfQ>. Acesso em: 3 nov. 2021.

What is loss and damage and why is it critical for success at COP 26. *The Guardian*, 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/13/what-is-loss-and-damage-and-why-is-it-critical-for-success-at-cop26>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

What the passage of article 6 means for carbon markets. *Greenbiz*, 2021. Disponível em: <https://www.greenbiz.com/article/what-passage-article-6-means-carbon-markets>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

## OS AUTORES

### Caio Samuel Milagres

Graduando em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador de Iniciação científica no Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC) e no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo). Atualmente pesquisa sobre projetos de transição energética (Green New Deals) e política internacional.

### Julia Aroni Silva


Graduanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora bolsista de Iniciação Científica CNPQ/ PIBIC no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo) nas áreas de Ciências Humanas, Ciência Política e Política Internacional. Atualmente participa do projeto Cooperação Sul-Sul e Política Externa Comparada: África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia.

### Júlia Nascimento Santos

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora voluntária de Iniciação científica CNPq/ PIBIC no Observatório Interdisciplinar de Mudanças Climáticas (OIMC) e no Laboratório de Análise Política Mundial (Labmundo). Atualmente pesquisa sobre o impacto da Convenção Ramsar no manejo de zonas úmidas brasileiras protegidas pela convenção.

### Sérgio Mecena Neto

Estudante de graduação em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador de iniciação científica com apoio da FAPERJ no Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) e no Observatório Interdisciplinas de Mudanças Climáticas (OIMC). Atualmente, pesquisa temas ligados às questões climáticas, com ênfase nas negociações internacionais relacionadas.



Os Cadernos do OIMC são uma publicação, de fluxo contínuo, do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

O Conselho editorial é composto pelos professores Ana Paula Tostes, Carlos R. S. Milani, Elza Neffa, José Maurício Domingues e Mário Soares.


A coordenação da publicação é feita pelo coordenador de plantão do OIMC, atualmente Carlos R. S. Milani.

**Diagramação:** Mariana Dias  
**Copydesk:** Vinícius Trindade  
**Layout:** Rubens de S. Duarte

#### Como citar este documento?

MILAGRES, Caio S., SANTOS, Júlia N., SILVA, Júlia A. e NETO, Sérgio M. *Monitoramento das negociações climáticas internacionais: breve relatório da COP 26*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, 2022.

ISSN: 2764-1120





Observatório  
Interdisciplinar  
das Mudanças  
Climáticas



[obsinterclima.eco.br](http://obsinterclima.eco.br)



[/obsinterclima](https://www.facebook.com/obsinterclima)



[@\\_oimc](https://www.instagram.com/_oimc)



[@oimc4](https://twitter.com/oimc4)

**APOIO:**

